

AS CRISES DA UNIVERSIDADE E A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS: ALGUMAS REFLEXÕES

CÓSSIO, Maria de Fátima– FAE/UFPEL - fatimacossio@ig.com.br

RODRIGUEZ, Rita de Cássia – IB/UFPEL - rita.cossio@ig.com.br

Resumo:

O presente trabalho pretende discutir sobre as funções e o papel social da Universidade no Brasil, apresentando algumas das crises vivenciadas, e sustentando a ideia de que é necessário buscar alternativas que possibilitem a redefinição institucional a partir de uma lógica contra-hegemônica que rompa com a perspectiva gerencial, produtivista, competitiva e voltada para o atendimento prioritário às demandas do mercado, em favor da democratização do acesso à formação de nível superior, com qualidade social, à população de jovens atualmente excluídos. Reconhece-se o esforço empreendido nos últimos anos pelo governo central no sentido de ampliar as vagas existentes, seja pela reorganização das Instituições Federais de Educação Superior, seja pela criação de campus e/ou novas Instituições, ou ainda, pela concessão de bolsas de estudos em instituições privadas. Entretanto, este esforço precisa ser ampliado, na medida em que somente 14,6% da população de 18 a 24 anos estão matriculadas na educação superior, de acordo com o censo da educação superior/Inep/MEC/2013, o que significa que este nível de educação é para poucos. Além disso, a democratização do acesso precisa ser acompanhada de um debate amplo sobre os sentidos e significados da Universidade no contexto atual.

Palavras-chave: Função social da Universidade; democratização; autonomia; alternativas contra-hegemônicas

INTRODUÇÃO

Nos primórdios da universidade, o ensino constituía-se em sua função principal e seu objeto era entendido como um saber desinteressado, servindo para ilustração dos poucos privilegiados que a ela tinham acesso. Esta ideia de universidade sustentou o modelo de gestão clássico ou tradicional, baseado na rigidez hierárquica e na centralização do poder, permanecendo a instituição como fonte de instrução e de erudição por vários séculos.

Sob o impacto da intensificação do modo de produção capitalista e da crescente complexificação da sociedade, novas demandas passaram a se impor à universidade, tornando insuficientes as funções de transmissora de conhecimentos acumulados e de

produtora de saberes desinteressados; exigiram-se, então, a produção de conhecimentos que atendessem às necessidades da sociedade e do processo industrial, particularmente na formação de profissionais para o mercado de trabalho em expansão.

Esse movimento de mudança não atingiu a todas as instituições ao mesmo tempo e da mesma forma; algumas se mantiveram mais resistentes aos processos de modernização e vinculação industrial, mas as pressões externas, tanto do empresariado e da classe média que via na universidade uma possibilidade de ocupação de postos de trabalho bem remunerados, quanto das políticas oficiais de financiamento, fizeram com que as finalidades da universidade sofressem alterações, exigindo novos modelos de gestão universitária até se chegar ao modelo que hoje se impõe pelo capitalismo contemporâneo, baseado nos padrões gerenciais das empresas lucrativas e competitivas.

Meneghel (2003) relaciona as mudanças quanto às finalidades da universidade com a expansão capitalista ao afirmar que

Não por acaso, tal visão surgiu no momento em que o desenvolvimento do capitalismo e das forças produtivas tomou um rumo no qual a produção científica passou a ser valorizada por sua utilização tecnológica no mundo industrializado (p. 226).

Para Chauí (1989) a visão da universidade e da pesquisa assumiu uma perspectiva funcionalista ao ajustar o trabalho universitário às exigências do capital.

No entanto, o ajuste das funções da universidade aos preceitos capitalistas, não tem ocorrido sem tensionamentos; ao contrário, se há pressão por pesquisas vinculadas aos setores empresariais privados e demanda por cursos de graduação com menor duração, voltados prioritariamente para o domínio técnico de um determinado campo de conhecimento, valorizando certas competências e habilidades exigidas pelo mercado de trabalho, há também a pressão de setores populares da sociedade pela democratização do acesso como mecanismo de cidadania, pela possibilidade que se abre aos estudantes de obterem uma formação mais ampliada, que favoreça não só a condição de inserção no mercado de trabalho, mas a produção do pensamento crítico e autônomo, assim como se ampliam as discussões a respeito da relevância social das pesquisas.

Tais pressões provocam um impasse, que, por sua vez, geram perda de autonomia nas decisões acadêmicas, visto que a universidade é conduzida, em vários casos, a ceder às pressões externas não só do mercado, mas também das políticas oficiais para a educação superior, confrontando-se com as concepções e finalidades que lhe deram origem e que a distinguem das demais instituições sociais.

É possível perceber através de estudos recentes¹ que os movimentos de reforma da educação superior no Brasil e em outros países da América Latina apresentam convergências, decorrentes das reformas do Estado como parte do projeto capitalista neoliberal. O projeto neoliberal orienta a minimização da participação do Estado nas questões sociais e na ampliação do poder do mercado como elemento regulador das demandas e ofertas de bens e serviços, gerando o que é chamado de “mercantilização” da educação, ou seja, a educação passa a ser entendida como mais um produto a ser oferecido no mercado competitivo.

É claro que a maior ou menor profundidade do processo de mercantilização da educação depende das conjunturas político-econômicas em que ocorrem e do grau de avanço de certas conquistas democráticas alcançadas pelos diferentes povos, que poderão fazer frente às investidas meramente econômicas. No entanto, as semelhanças entre os projetos de reforma da educação superior em diferentes lugares do mundo são perceptíveis.

Nota-se que ao longo do século XX e neste início de século ampliaram-se as funções que a universidade vem incorporando e a variedade com que estas se expressam gera sérias dificuldades, visto que muitas delas são flagrantemente contraditórias e colidem umas com as outras.

As pressões externas têm provocado tensões no interior da universidade e a sensação de que as alternativas encontradas ocorrem a partir de lógicas alheias à instituição, de cunho imediatista, acabando por retirar a sua capacidade de auto-gestão, fragilizando-a.

As contradições, instabilidades e pressões sociais que atualmente permeiam os ambientes universitários podem ser entendidas como frutos das mudanças nas sociedades capitalistas, e, portanto, precisam ser profundamente analisadas, até para que a universidade possa enfrentá-las e contribuir na construção de um projeto social alternativo ao que hoje é dominante e, sem dúvida, altamente excludente.

Se, originalmente, a universidade assumia-se como um lugar de conhecimentos privilegiados, mantendo, explicitamente, poderes reconhecidos pela sociedade, que lhe garantiam autonomia e legitimidade, ao longo do tempo esta condição foi se alterando, devido aos apelos por sua democratização e, em outros momentos e circunstâncias, aos

¹ Podem-se citar algumas produções que analisam as reformas da educação superior, tais como: Políticas e gestão da educação superior, livro organizado por DOURADO, CATANI e OLIVEIRA e Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção, obra de João dos Reis Silva Jr. e V. Sguissardi.

propósitos de reestruturação capitalista. Dessa forma, as contradições internas foram se avolumando, encaminhando-a para a perda de autonomia para definir-se.

Chauí (2001) ao tratar da autonomia lembra que, durante o período de ditadura militar no Brasil, a principal reivindicação das universidades públicas era a autonomia para que as decisões sobre suas finalidades, ações e formas de gestão fossem tomadas pelas próprias universidades em seus órgãos colegiados. A bandeira de luta por autonomia tinha, assim, um sentido sócio-político e era vista como a marca própria de uma instituição social que possuía, na sociedade, seu princípio de ação e regulação.

A autora analisa a condição de falta de autonomia da universidade pela reorientação do Estado nacional que, ao distanciar-se da manutenção de políticas sociais, altera as suas relações com a educação e tenta transformar a universidade em uma “organização”², tal qual outras organizações comerciais, que precisa ser administrada aos moldes do mercado.

Chauí se refere às universidades públicas, mas o mesmo vem ocorrendo com as de caráter privado, visto que as políticas para a educação superior adotam padrões regulatórios para todo o sistema, acirrando, em muitos casos, a competitividade e, de certa forma, contribuindo para a consolidação de instituições cujas mantenedoras ou proprietários procedem de forma empresarial e marcadamente mercantilista.

A autonomia, nessa perspectiva, significa gerenciamento empresarial da instituição e prevê que mesmo instituições públicas gozem de “autonomia” para captar recursos para cumprir suas metas. Apesar das tentativas do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso em redefinir a autonomia universitária sob a égide produtivista terem sido legalmente frustradas, as formas de gestão das universidades públicas vêm sofrendo mudanças decorrentes das transformações nas formas de administração estatal, baseada na perspectiva de resultados, o chamado Estado-avaliador, ou gerencialista. No caso das instituições privadas este fenômeno é ainda mais evidente, pois a fim de se manterem no mercado, tratam de diminuir os custos e ampliar a receita, utilizando-se de estratégias que não vinculem a sua manutenção

² O termo “organização social” atribuído à universidade constituiu-se parte da ofensiva governamental (gestão FHC) para transformar as instituições federais em organizações públicas não-estatais, ou seja, deslocando o eixo da autonomia universitária para a questão financeira, incentivando a busca de parcerias que lhes garantissem a manutenção para além do Estado. Tal intenção foi formalizada através de um Projeto de Lei Orgânica encaminhada ao Congresso Nacional em 1999, definindo normas para regulamentação da autonomia das universidades federais. Esta iniciativa do governo demandou a intensificação do trabalho de mobilização de entidades sindicais e acadêmicas defensoras da universidade pública no sentido de pressionar o Poder Legislativo para a não aprovação da Lei, o que de fato ocorreu.

exclusivamente ao pagamento de mensalidades por parte dos alunos, diversificando as suas atividades, não raro no setor de extensão e outros serviços prestados à sociedade.

A gestão universitária, por essa lógica, parece traduzir-se em gerir os recursos existentes e a capacidade em buscar outras fontes de ampliação de receitas, em boa medida, por meio da adesão aos programas do governo federal. Neste sentido, cabe salientar que nos últimos anos é perceptível a ampliação dos recursos públicos para as IFES, seja por meio de programas como o REUNI³, cuja proposta foi a de reorientar a gestão universitária e ampliar a oferta de cursos e vagas nas instituições públicas, seja por meio de programas voltados à qualificação dos cursos de Licenciaturas, tais como o PIBID⁴, Prodocência⁵, Novos Talentos⁶, entre outros.

As decisões de ordem acadêmica, ligadas às finalidades ou à (re)definição de suas funções frente as contradições e pressões sociais, estão ocorrendo ao sabor do momento, em geral sob o impacto das políticas econômicas que estão dando origem ao conjunto de medidas que fazem parte das reformas na educação superior.

Assim, a multiplicidade de funções que são, por vezes, contraditórias, e a flagrante perda de autonomia produzem a crise da universidade.

Crises da Universidade

Santos (2004) assinala as crises com que se defronta a universidade, situando três. A chamada de crise de hegemonia é resultante das contradições entre, de um lado, a produção da alta cultura, do pensamento crítico e de conhecimentos exemplares, vistos como funções tradicionais da universidade e, de outro, a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, úteis na formação de mão de obra qualificada exigida pelo desenvolvimento capitalista.

A incapacidade da universidade em desempenhar funções contraditórias teria provocado à criação de espaços alternativos de formação profissional e de pesquisas na área produtiva e empresarial, deixando, assim, de ser a única instituição no domínio do ensino superior e da pesquisa, gerando-se então a crise de hegemonia.

Essa realidade pode ser percebida claramente pela abertura de cursos de nível superior em instituições não universitárias, ligadas aos setores empresariais e comerciais,

³ Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/MEC

⁴ Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência/Capes

⁵ Programa de Consolidação das Licenciaturas/Capes

⁶ Programa Novos Talentos/Capes

sem tradição no campo acadêmico, voltadas para cursos que atendem especificamente as demandas do setor comercial.

Outra crise é a de legitimidade, provocada pelo fato de a universidade deixar de ser uma instituição consensual, em face da contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso e da valorização das competências (mérito), por um lado, e das exigências sociais e políticas de democratização da universidade e da reivindicação de igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares, por outro.

Um elemento que também tem contribuído com a crise de legitimidade é a relativa valorização dos diplomas de educação superior, ou seja, o fato de que possuir um diploma de nível superior não mais garanta a inserção no mercado de trabalho ou a manutenção no emprego. Isto se deve, em grande parte, à redução dos postos de trabalho tradicionais nos últimos anos e à exigência de novos perfis profissionais, que geram um processo selvagem de concorrência entre os candidatos a certos empregos, demandam uma formação profissional continuada, com múltiplos requisitos e em áreas inusitadas, que superam a formação graduada tradicionalmente oferecida pela universidade.

Já denominada, a crise institucional resulta da contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e objetivos da universidade e a pressão crescente para submetê-la a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social.

Para enfrentar as crises, Santos (2004) propõe uma reforma universitária radical, um projeto político de globalização contra-hegemônica e que reflita um projeto de país alternativo.

Apresenta como protagonistas, a própria universidade, ou melhor, os que nela pretendem superar as crises com ações efetivas e não com resistências conservadoras; o Estado, que assume suas funções públicas com as questões sociais e, nelas, a educação, optando pela globalização solidária da universidade e os cidadãos, onde situa os diferentes grupos sociais, sindicatos, movimentos sociais, organizações não governamentais, governos locais progressistas.

Dentre os princípios da reforma universitária sugerida por Santos destaca-se, a necessidade de a universidade definir a sua própria crise, ou seja, a condição de auto-análise crítica, no sentido de diagnosticar as fragilidades e as contradições internas e externas. Desse esforço, surgirá a definição das suas finalidades, recuperando o seu sentido público e a sua função social, num movimento de resistência contra-hegemônico.

A resistência tem de envolver a promoção de alternativas de pesquisa, de formação, de extensão e de organização que apontem para democratização do bem público universitário, ou seja, para o contributo específico da universidade na definição e solução coletivas dos problemas sociais nacionais e globais (SANTOS, 2004, p.62).

A necessidade de definir claramente o que é universidade deve-se à acumulação indiscriminada das funções a ela atribuídas e a forma como foram adicionadas, sem articulações lógicas, levando à pulverização de sentidos e cedendo espaço para que se constituíssem outras formas de organização da educação superior. O mercado educacional, por exemplo, designou o seu produto como universidade, sem, no entanto, ter que realizar todas as atribuições desta. Essa falta de definição clara permite as inserções oportunistas, com fins meramente lucrativos, descaracterizando o sentido de universidade.

Por uma nova institucionalidade

Considerando as crises vivenciadas pela Universidade, destaca-se que para o seu enfrentamento é preciso recuperar a sua legitimidade. Chauí (2001, p.185) afirma que a legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da ideia de autonomia do saber, “um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como no de sua transmissão”, portanto, vinculou-se às ideias de *formação, reflexão, criação e crítica*, e, em nada, assemelhando-se às perspectivas de mercado.

A reconquista da legitimidade é a questão central da reforma proposta por Santos e envolve o acesso à universidade, ao ensino, a extensão, a pesquisa e a promoção de diálogos entre o saber científico e humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares provindos das diferentes culturas que circulam na sociedade, assumindo a sua responsabilidade educativa e o seu compromisso social, sendo permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas dos grupos que não tem poder para impô-las, mas também precisa estar atenta as demandas do mundo do trabalho, uma vez que a formação profissional é uma das missões da universidade, sem, no entanto, submeter-se àquele.

A universidade necessita ainda criar uma institucionalidade baseada na democratização interna e externa e na avaliação participativa, visto que é pela avaliação interna que poderá obter elementos que sustentem o diagnóstico da própria crise, não

como mera constatação, mas como instrumento propositivo. A democratização, para Chauí (2001, p.10) “significa a passagem do poder despótico privado (fundado na vontade pessoal do governante...) ao poder propriamente político como discussão, deliberação e decisão coletivas realizadas em público, sob o direito e as leis”, permitindo que todos possam contribuir na definição das políticas institucionais. A democratização externa confunde-se com o relacionamento da universidade com a sociedade. Meneghel (2003) defende esta articulação para além do mercado, quando afirma que

Atentar para esta dinâmica do relacionamento Universidade-Sociedade é fundamental se pretendemos refletir sobre como tal relação pode ir além do compromisso com a competência técnica e a qualidade total para o mercado global. Se acreditamos que cabe à instituição acadêmica auxiliar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, faz-se necessário repensar por completo o modo com que ela vem sendo estruturada em termos de gestão, currículo, organização. Do mesmo modo, é preciso assumir o seu *caráter público* – não no que tange à definição da forma jurídica (estatal, comunitária, particular), mas, sim, da conscientização de que os seus “serviços”, por assim dizer, servem a toda a humanidade (p. 241).

A gestão da universidade na perspectiva de uma institucionalidade democrática não se limita à gestão de recursos ou a sua captação, tampouco se submete aos princípios do capital, como uma organização empresarial, mas assume o caráter público da educação e o papel social que lhe é confiado na produção/veiculação do saber, na manutenção cultural e no estímulo ao pensamento crítico.

Neste sentido, a universidade, notadamente a pública, precisa democratizar o acesso e garantir a permanência dos estudantes durante todo o percurso formativo. As recentes alterações nas formas de acesso ao ensino superior público, por meio do SISU⁷, têm promovido a inserção de pessoas oriundas de escolas públicas, de baixa renda, de grupos étnicos e raciais historicamente excluídos, de pessoas com deficiência, etc, mas se sabe que esta ampliação é ainda insuficiente, na medida em que os indicadores da educação superior, em especial o censo educacional Inep/Mec, 2011, revela que somente 14,6% dos jovens entre 18 e 24 anos, considerada a faixa etária adequada à educação superior, estão efetivamente matriculados. Além disso, é preciso garantir que estas pessoas tenham condições objetivas de se manterem na universidade, sendo a ampliação e qualificação da assistência estudantil imprescindível.

Outra questão que é preciso atentar é para a adequação pedagógica, ou melhor, é preciso dar atenção a dimensão pedagógica na Universidade. Os alunos que estão

⁷ Sistema de Seleção Unificada

acessando a Universidade por meio do ENEM/SISU⁸, embora em número inferior ao necessário para corrigir as desigualdades, são originários de escolas públicas e, em vários casos, sem uma formação prévia sólida, necessitam de um trabalho pedagógico que os considerem em suas especificidades e em seus processos/percursos próprios de aprendizagem. Tarefa que se constata ser difícil, uma vez que os professores universitários esperam que os estudantes cheguem praticamente “prontos”, plenamente aptos a desenvolver o pensamento abstrato e superior requerido.

Assim, para dar conta do que se entende como a essência da universidade, a busca pelo saber dentro dos diferentes campos epistemológicos, é preciso considerar a forma como cada universidade organiza-se academicamente, ou seja, que proposta político-pedagógica dá sustentação às ações de ensino e pesquisa para o conjunto da universidade e dentro de cada unidade ou curso; como são estruturados os currículos; que tipo de sujeito/profissional/cidadão pretende formar; para que tipo de sociedade; que perfil de professor é desejado para colocar em ação o projeto de universidade e de cada curso; que mecanismos são disponibilizados para qualificar as ações pedagógicas, desde os espaços, equipamentos, materiais, até a formação continuada, acompanhamento e valorização do trabalho docente; como é realizada a avaliação dos alunos e da própria instituição, no sentido de diagnosticar a realidade e replanejar, caso necessário.

Estes e outros questionamentos e definições poderão dar sustentação a um projeto de universidade que ultrapasse os limites das políticas oficiais (Estado avaliador) e do mercado, rompendo com a pulverização do sentido de universidade, reorientando e recuperando publicamente as suas finalidades e compromissos com a educação e com o desenvolvimento social.

Dáí torna-se necessário consolidar a noção de que universidade é um espaço de cultura, de vivência democrática e de aprendizagem crítica que produzirá e resistirá a pressões economicistas. Este construto valeria para qualquer instituição credenciada como universidade, independente de sua condição de pública ou privada. Ainda que no Brasil as instituições públicas sejam mais reconhecidas em termos de valor acadêmico, têm hoje um número de alunos consideravelmente menor do que as privadas. Portanto, um projeto conceitual de universidade deve contemplar a todos os tipos de instituições desta natureza e ao mesmo tempo diferenciá-las de outras organizações sociais.

⁸ Exame Nacional do Ensino Médio

Considerações finais

É preciso reconhecer que nos últimos dez anos houve a recuperação do protagonismo do Estado na formulação de políticas para a educação e no provimento da educação superior pública, evidenciados pelo acúmulo de programas e projetos de estímulo à qualificação do ensino; novas formas de acesso à educação superior, aumento de vagas e de cursos, e, portanto, gerando a ampliação do quadro docente e de técnicos; criação de novas instituições de ensino superior e de campi universitários de instituições já existentes; transformação dos Centros de Federal de Educação Tecnológica – CEFET em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, só para citar algumas. Entretanto, este protagonismo do Estado vem acompanhado de uma lógica da gestão pública baseada na perspectiva gerencial, que encontra na regulação/controle dos resultados a sua principal expressão. A quantidade de matrículas e de cursos, a valorização dos ranqueamentos entre os cursos, baseados nos resultados das avaliações externas, e entre as instituições, produzindo a competitividade na busca da “qualidade”, parecem ser a tônica da agenda política, remetendo à ideia de que qualidade, sob a ótica das políticas atuais, equivale à quantidade.

É preciso ampliar as vagas, mas com qualidade social para todos, e isto significa que mais pessoas tenham acesso à Universidade e que esta esteja apta a recebê-los adequadamente, com condições físicas, materiais e humanas capazes de oferecer uma educação superior sensível à diversidade e à redução das desigualdades, rompendo com o dualismo que tem configurado a educação superior no Brasil

Neste sentido, Martins e Neves (2004) argumentam que

o histórico dualismo estrutural da educação escolar brasileira segundo origem de classe: aos estudantes que tiveram uma trajetória escolar que lhes permite competir por vagas em instituições universitárias majoritariamente públicas, uma formação humana que mantém, mesmo sob a ótica utilitarista do capital, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e para aqueles que não tiveram esta chance, uma educação voltada apenas para a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, ministrada nas instituições não-universitárias, majoritariamente empresariais (p.95).

As lutas políticas por maior investimento público na educação superior não só mantendo, mas ampliando as IES existentes, devem continuar, ainda que se saiba que os resultados não serão em curto prazo. Portanto, é preciso, além de denunciar o

gerencialismo na educação pública, lutar por mecanismos que qualifiquem a educação ofertada.

Ao salientar os tensionamentos, impasses e as crises da universidade no Brasil, gerados, em grande parte, pelas alterações produzidas pelo modelo econômico, político e social capitalista em âmbito mundial e agravado pelas pressões internas, próprias de cada sociedade, procurou-se localizar as finalidades da educação superior, sugerindo a possibilidade de um projeto de universidade alternativo que recupere as suas funções, o seu reconhecimento e a legitimidade social.

Como um dos elementos desse projeto contra-hegemônico de universidade salienta-se a nova institucionalidade, baseada na democratização interna e externa da instituição, aberta ao diálogo e a análise pública e social de seus fazeres.

Para tanto, entende-se que é preciso pensar em uma forma de gestão da universidade que privilegie a participação e o compromisso coletivo com a reconfiguração institucional e com a confirmação do papel social que deve desempenhar, ou seja, que não se identifique com a “educação superior como um negócio” e a gestão como um “gerencialismo empresarial”.

Defende-se, neste trabalho, que a dimensão pedagógica tem um papel importante na construção de um projeto institucional contra-hegemônico, na medida em que a tomada de decisões e as ações empreendidas no campo do ensino, da pesquisa e da extensão, a partir da definição clara do seu princípio educativo e da construção de um projeto político-pedagógico elaborado e assumido coletivamente, poderão redesenhar a universidade como um bem social, de qualidade para um número cada vez maior de pessoas.

É evidente que essa forma de institucionalidade, considerada alternativa ao modelo hegemônico, não irá se aplicar a todas as instituições, pois se reconhece o número significativo de IES que optam por assumir fins mercantis. É provável que instituições deste tipo continuem proliferando enquanto o “mercado” da educação superior permanecer promissor.

Quadro comparativo entre os projetos de institucionalidade em disputa

Institucionalidade hegemônica	Institucionalidade contra-hegemônica
Missão: promover uma formação técnico/instrumental, voltada para as necessidades do processo produtivo e para a reprodução do	Missão: promover a formação intelectual, científica, ética e técnica na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento sustentável, de romper com o

modelo social vigente.	modelo social vigente e de colaborar na (re)construção da sociedade.
Princípio do mercado	Princípio educativo e social
Qualidade baseada em princípios de produtividade, competitividade, concorrência.	Qualidade baseada no impacto e relevância pública e social de seus fazeres
Gestão empresarial	Gestão participativa e democrática
Conhecimento como transmissão e reprodução	Conhecimento como construção
Perfil do professor: sintonizado e atuante no mercado, capaz de transmitir aos alunos as competências e habilidades necessárias.	Perfil do professor: sintonizado com os avanços do conhecimento e da ciência, capaz de articulá-los aos saberes do senso comum e do contexto no sentido de contribuir e favorecer o processo de construção do aluno
Perfil do egresso: Apto para atuar no mercado competitivo	Perfil do egresso: Apto para atuar na sociedade, no mundo do trabalho de forma a contribuir com um projeto alternativo de sociedade.
Finalidade: lucro	Finalidade: contribuição científica, intelectual e social

Fonte: Elaborado pela autora (2008) a partir de Boaventura de Sousa Santos (2004).

O quadro acima destaca os aspectos mais evidentes das tendências atuais na reconfiguração da universidade e dos projetos institucionais em disputa a partir das análises de Santos, o que não quer dizer que as instituições assumam todos os requisitos de um ou de outro projeto. O que se observa na crise da institucionalidade é justamente a indefinição de papéis ou a dificuldade, gerada externa e internamente, de assumir na totalidade um projeto alternativo ao projeto considerado hegemônico.

Apesar das pressões, pulverização de sentidos e das crises vivenciadas pela universidade atualmente, acredita-se que o enfrentamento aos padrões regulatórios das políticas públicas para a educação superior e às imposições de instâncias concorrenciais e de financiamento, ocorrerá através da luta pela efetividade do seu papel educativo e social.

Referências:

BRASIL. Lei nº 9394, de 20/12/96 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

____. Decreto Presidencial nº 3.860/2001 – Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.

____. Lei nº 10.172 de 09/01/2001 – Institui o Plano Nacional de Educação.

____. Projeto de Lei complementar nº 118/2003 – Institui a Lei orgânica da Autonomia Universitária.

____. Medida Provisória nº 147/2003 – Institui o Sistema Nacional de Avaliação e progresso do ensino superior e dispõe sobre a avaliação do ensino superior.

____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2003.

____. Lei 10.861/2004 – Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

____. Censo da Educação Superior 2011.

CHAUÍ, Marilena. *Produtividade e humanidades: Tempo Social*. Revista de Sociologia USP. São Paulo, v. 1, n. 2, p.45-71, jul/dez, 1989.

____. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo; Editora UNESP, 2001.

CÓSSIO, Maria de Fátima. Políticas institucionais de formação pedagógica e seus efeitos na configuração da docência e na qualidade universitária: um estudo sobre as IES comunitárias do RS. *Tese de doutorado*. Faculdade de Educação, UFRGS, 2008.

MARTINS, André Silva & NEVES, Lúcia Maria W. A proposta de autonomia universitária do governo Lula. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *Reforma universitária do Governo Lula: Reflexões para o debate*. São Paulo: Xamã, 2004.

MENEGHEL, Stela Maria. A função da Universidade na Sociedade – elementos para repensar a organização universitária brasileira. In: ZAINKO, Maria Amélia S. & GISI, Maria Lourdes. *Políticas e gestão da Educação Superior*. Florianópolis: Insular, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI*. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004.